

“É fundamental que a gente inicie esse plano de contingenciamento integrado imediatamente”

ROBERTO TELLER, DIRETOR-GERAL DA LIBRA TERMINAIS SANTOS, SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM PLANO CONTRA EMERGÊNCIAS ENVOLVENDO TANTO A CIDADE COMO O PORTO

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

ESPECIAL INCÊNDIO NA ALEMOA

Ministro, prefeito e empresários se unem por novo acesso ao Porto

Investimentos na infraestrutura rodoviária da região foram defendidos em reunião no final da tarde de ontem

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

O ministro dos Portos, Edinho Araújo, o prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa, e empresários do complexo marítimo defendem a construção de novos acessos rodoviários à Margem Direita do cais (parte de Santos). Para eles, a necessidade destas intervenções ficou ainda mais evidente após o incêndio que atingiu os tanques da Ultracargo, no Distrito Industrial da Alemoa, no último dia 2. Por conta do combate às chamas, o viaduto da Alemoa, único acesso à Margem Direita, ficou bloqueado por cinco dias, causando incontáveis prejuízos à atividade portuária.

A defesa dessas obras ocorreu durante reunião entre as autoridades e os empresários portuários no final da tarde de ontem, na sede de A Tribuna, na Cidade. O encontro foi promovido pelo Santos Export - Fórum Internacional para a Expansão do Porto de Santos, tradicional seminário do setor portuário realizado pelo Sistema A Tribuna de Comunicação e pela Una Marketing de Eventos.

Também estavam presentes representantes das associações brasileiras de Terminais Portuários (ABTP), de Terminais de Líquidos (ABTL), de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC), do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), da Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA), da Praticagem de e das seguintes empresas: Marimex, Libra Terminais, Ecoporto Santos, Brasil Terminal Portuário (BTP), ADM e Stolthaven. Ainda participou o presi-



Autoridades locais e federais e empresários do Porto se reuniram na sede de A Tribuna para debater necessidade de melhorias viárias

FOTOS VANESSA RODRIGUES

‘Na defesa de investimentos

“Com o custo da paralisação da atividade da atividade portuária durante esses dias, daria para construir, pelo menos, um viaduto”

Henry Robinson, delegado da Associação Brasileira de Terminais Portuários

“Precisamos de intervenções. Entrada de Santos, mergulhão, túnel. A única alternativa que temos é a Rodovia Anchieta, que foi construída em 1948”

José dos Santos Martins, diretor executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp)

“É preciso vontade política e engenharia política. Se não começarmos agora, não estaremos prontos nem em 2018”

Mike Sealy, vice-presidente da Associação Brasileira de Terminais Líquidos (ABTL)

“As ações têm de ser curto prazo para abrir a porteira e também definitivas para garantirmos as operações portuárias”

Matheus Miller, secretário executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra)

dente da Associação Comercial de Santos, Roberto Clemente Santini.

Estimativas da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) apontam que entre 12 mil e 18 mil caminhões deixaram de acessar o cais santista

durante os cinco dias em que o tráfego de veículos pesados ficou interrompido na Margem Direita, devido ao incêndio. As instalações em chamas ficam às margens da Avenida Augusto Barata, o único acesso rodoviário a essa parte do Porto.

“É preciso encontrar caminhos, com a participação dos governos Municipal, Estadual e Federal, para que nós venhamos a realizar as obras que são fundamentais e extremamente necessárias. Há um estrangulamento, um gargalo e quando

acontece um acidente destas proporções, como esse incêndio, nós temos que limitar ainda mais um acesso que já é deficiente tendo em vista a pujança da Cidade, do ir e vir das pessoas e sobretudo do escoamento da produção brasileira,

que passa pelo Porto de Santos”, destacou o ministro.

As obras seriam executadas pelas três esferas de poder. A parte da Rodovia seria executada pelo Estado. Já a ligação com o Porto ficaria com a União. A Prefeitura faria as obras viárias na área municipal.

Para o prefeito de Santos, os impactos causados pelo incêndio são uma oportunidade para mostrar a necessidade urgente das intervenções. Por isso, ele pediu uma audiência com a presidente Dilma Rousseff para mostrá-la as consequências do incidente. “Na questão de acessibilidade ao Porto, essa é uma demanda bem antiga e a gente tem lutado por ela desde o primeiro. Toda a nossa discussão tem sido feita baseada na importância que Santos tem para o Brasil e esse incêndio acabou refletindo essa importância. Tivemos o comprometimento da economia nacional. Santos é o porto mais importante do Brasil e é inadmissível que ele tenha só um acesso”.

ALTERNATIVAS VIÁRIAS

O presidente da Associação Comercial de Santos, Roberto Clemente Santini, destacou a necessidade de alternativas viárias a serem implantadas em curto prazo para garantir o acesso das cargas aos terminais do Porto. E também apontou a importância da construção do túnel submerso que ligará Santos e Guarujá como uma segunda opção para o acesso ao complexo.

“É preciso se pensar em rotas alternativas já planejadas para serem utilizadas em caso de eventuais problemas”, destacou o presidente da ACS.

Outra conclusão do encontro é a viabilização de um gabinete permanente de discussões portuárias. A ideia é que as instalações estejam preparadas para atuar em caso de necessidade, como um eventual novo incêndio. Para o presidente da Codesp, Angelino Caputo e Oliveira, o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) é o local mais adequado, onde todos os agentes podem se reunir para discutir as soluções para o cais santista.